



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR
UNIDADE GESTORA: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

Relatório da Avaliação Atuarial

DATA-BASE DA AVALIAÇÃO: 31/12/2022

PERFIL: III

NOTA TÉCNICA ATUARIAL - 2023

Atuário Responsável:

José Guilherme Fardin

MIBA 1019

Versão: 01

23/03/2023



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de RIO BONITO DO IGUAÇU, na data focal em 31/12/2022, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo Ente Federativo.

A Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro-atuarial do RPPS, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas constantes na Nota Técnica Atuarial - NTA. A base cadastral recebida dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas vinculados ao RPPS foi fornecida pelo Ente Federativo ou Unidade Gestora do RPPS, sendo a veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme o item 6 desse relatório.

O RPPS possuía na data da avaliação um grupo de 535 segurados, composto por ativos, aposentados e pensionistas. O somatório dos ativos, bens e direitos destinados a cobertura dos benefícios dos segurados pelo Regime totalizava um montante de R\$ 77.828.507,90. Os benefícios atendidos pelo RPPS hoje são: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, compulsória, especial de professor, invalidez e pensão por morte.

Considerando os benefícios assegurados, o plano de custeio vigente, a metodologia de cálculo e demais variáveis, a avaliação atuarial apurou um déficit atuarial no valor de R\$ 9.290.736,14, o qual deverá ser financiado, através do seguinte plano de custeio.

Ano	Alíquota Normal		Alíquota Suplementar
	Ente	Segurados	
2023 - 2040	16,32%	14,00%	5,78%

Cumprе informar que a presente Avaliação Atuarial foi elaborada levando em consideração os mais usuais preceitos técnicos e atuariais aplicáveis à matéria, bem como a legislação previdenciária e correlata vigente na respectiva data-base de cálculo (31 de dezembro de 2022).



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	BASE NORMATIVA	5
2.1	NORMAS GERAIS	5
2.2	NORMAS DO ENTE FEDERATIVO	6
3	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	6
3.1	DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	6
3.2	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	7
4	REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	13
4.1	DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS	13
4.2	DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS	13
4.3	RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	14
5	HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	15
5.1	TÁBUAS BIOMÉTRICAS	15
5.2	ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS	16
5.3	ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS	16
5.4	TAXA DE JUROS ATUARIAL	16
5.5	ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA	17
5.6	COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	18
5.7	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES	18
5.8	DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES	18
6	ANÁLISE DA BASE CADASTRAL	19
6.1	DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO	19
6.2	SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS	20
6.3	ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL	20
6.4	PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL	21
6.5	RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL	22
7	RESULTADO ATUARIAL	23
7.1	BALANÇO ATUARIAL	24
7.2	ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER	24
7.3	PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL	25
7.4	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	25
7.5	PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	26
7.6	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR)	27
7.7	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR)	27



7.8	RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	27
7.9	VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS	27
8	CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO	29
8.1	VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS	29
8.2	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI	29
8.3	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO	29
8.4	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO.....	31
8.5	CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI	31
9	EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL	31
9.1	PRINCIPAIS CAUSAS DO DEFICIT ATUARIAL	31
9.2	CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DEFICIT	32
10	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	35
10.1	LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	36
10.2	ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	36
10.3	RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO	36
11	ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS	36
12	AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS	38
13	PARECER ATUARIAL	38
14	ANEXOS	40



1 INTRODUÇÃO

A avaliação atuarial é o documento que dimensiona o valor das reservas matemáticas, das receitas e despesas previdenciárias atuais e futuras, levando em consideração premissas financeiras, demográficas e biométricas. Dessa forma mostra a situação financeira e atuarial de uma instituição previdenciária em valor presente no longo prazo.

A exigência de realização de estudo atuarial com o objetivo de monitorar o equilíbrio econômico-financeiro presente e futuro dos respectivos regimes próprios visa assegurar a necessária solvência para o cumprimento das obrigações previdenciárias que lhes são pertinentes.

Na condição de Assessoria Atuarial contratada para realizar a Avaliação Atuarial do exercício 2023, tendo por base o cadastro dos servidores posicionado em 30/12/2022 e legislação vigente, passam-se a apresentar os resultados no presente relatório referentes ao município de RIO BONITO DO IGUAÇU.

Não obstante às exigências dispostas no preenchimento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, este relatório apresentará o que segue:

- i) As Reservas Matemáticas, de benefícios a conceder e concedidos, do RPPS que dimensionam o passivo atuarial posicionado em 31/11/2022;
- ii) As respectivas Provisões Matemáticas para os posteriores lançamentos contábeis;
- iii) O plano de custeio que garantirá o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS;
- iv) O Parecer Atuarial conclusivo concernente aos resultados encontrados com a finalidade de orientar o Gestor Público, o Gestor e os Conselheiros do RPPS, a respeito dos compromissos e obrigações fundamentais à boa gestão da Previdência Própria do município de RIO BONITO DO IGUAÇU.



2 BASE NORMATIVA

Neste capítulo será apresentado a legislação utilizada na elaboração da avaliação atuarial, contemplando as normas gerais aplicáveis aos RPPS e a legislação editada pelo ente federativo.

2.1 NORMAS GERAIS

Trata esta avaliação, do RPPS do município de RIO BONITO DO IGUAÇU, que é o regime previdenciário destinado aos servidores públicos com vínculo ao respectivo Estatuto do Servidor Público e tem o propósito de verificar o cumprimento e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial estabelecido no art. 40 da Constituição Federal.

Esta Avaliação Atuarial respeitou as normas gerais de contabilidade e atuária, estabelecidas pelo órgão responsável pela orientação, supervisão e o acompanhamento dos RPPS. Dentre os objetivos deste trabalho está o cumprimento aos dispositivos da CF, a seguir transcritos:

"Art. 149 -

§ 1º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime de previdência de que trata o Art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargo efetivo da União.

.....

Art. 195 -

§ 5º - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado ou majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total."

.....

"Art. 249 - Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.”

Por sua vez, a Lei nº 9.717/98 e a Portaria do MTP nº 1.467/2022 estabelecem as normas para a organização e o funcionamento dos RPPS dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

2.2 NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

O município de RIO BONITO DO IGUAÇU além de se embasar nas leis federais existentes, também possui legislação própria sobre o assunto, onde especifica o funcionamento da Unidade Gestora, define os benefícios cobertos, alíquotas de contribuição, taxa de administração além das demais questões pertinentes ao RPPS.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS E ELEGIBILIDADE

O RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU tem seu plano estruturado na modalidade de benefício definido, ou seja, o segurado ao entrar no RPPS já sabe qual será a sua progressão na carreira e com isso tem o valor do benefício previamente estabelecido. Todos os benefícios são custeados pelos segurados ativos, aposentados, pensionistas e pelo Ente Público, conforme a legislação municipal, respeitando a norma federal.

3.1 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Conforme estabelece a Legislação vigente, são os seguintes os benefícios garantidos pelo RPPS:

I – Para os servidores:

- i) aposentadoria por invalidez;
- ii) aposentadoria compulsória;
- iii) aposentadoria por idade e tempo de contribuição.

II – Para os dependentes:

- i) pensão por morte.

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

A concessão das aposentadorias e pensões está estabelecida na Constituição Federal, em especial no art. 40, incluindo todas as modificações impostas pelas diferentes Emendas Constitucionais, as quais serviram de parâmetro para simular o momento do benefício a ser concedido.

Com a promulgação da EC nº 103/2019 os entes federativos passaram a ter autonomia para definir as condições de elegibilidade para estes benefícios, e o Município de RIO BONITO DO IGUAÇU, estabeleceu seus regramentos na Lei Municipal nº 380/2002.

A partir simulação da concessão do benefício, em conjunto com as premissas apresentadas a seguir, se pode calcular com grande grau de precisão os compromissos futuros do RPPS (reservas matemáticas) e respectiva necessidade de financiamento (plano de custeio).

3.2.1 Aposentadoria por invalidez

Disposta no inciso I, § 1º do art. 40 da Constituição Federal, a aposentadoria por incapacidade permanente é o benefício que tem regulamentação constitucional, e portanto, não é suscetível a nenhuma modificação proposta pela legislação do ente federativo instituidor. Esse benefício tem caráter obrigatório e tem como condição para sua concessão o laudo médico pericial, sendo que o servidor aposentado deverá submeter-se a avaliações periódicas após a concessão do benefício, como condição de sua manutenção.

Os proventos de aposentadoria, de regra, são calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, e somente em casos excepcionais previstos em lei poderá ser concedido de forma integral, conforme enquadramento da moléstia, e calculado com base na média das contribuições.

3.2.2 Aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória



A aposentadoria por idade e tempo de contribuição consistem em uma renda mensal vitalícia ao segurado, visando substituir a remuneração do servidor quando este preencher os critérios definidos em lei, conjugando-se idade mínima, tempo de serviço público, carreira e cargo. As Tabelas 1 e 2 resumem os critérios e condições de exigibilidade, levando-se em conta os municípios que ainda não promoveram a reforma nos benefícios, e as Tabelas 3 e 4 àqueles que aderiram às regras impostas aos servidores federais, na forma da Emenda Constitucional nº 103.

Há a possibilidade dos entes disporem acerca de critérios diferenciados para seus segurados, conforme preceitos da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A integralidade dos benefícios, por sua vez, corresponde à totalidade da remuneração do cargo efetivo ocupado pelo servidor, e a paridade significa a revisão dos benefícios na mesma proporção e na mesma data que ocorrer a dos servidores em atividade, sempre que haja modificações (inclusive reclassificação). Já os benefícios concedidos com base na média, corresponderão à média aritmética simples das remunerações de contribuição desde julho de 1994, limitado ao último salário do cargo (o que for menor).

Em relação a aposentadoria compulsória, é a aposentadoria obrigatória ao atingir a idade de 75 anos e independe da vontade do servidor, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, e conforme dispõe o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, são reajustados com a finalidade da manutenção de seu valor real, de acordo com o índice adotado pelo município.

3.2.3 Pensão por morte

Benefício voltado aos dependentes do servidor falecido, seja na condição de ativo ou inativo. O valor do benefício de pensão será calculado com base na aposentadoria – no caso de servidor inativo, ou no valor a que teria direito, no caso de falecimento de servidor ativo.

As pensões por morte devidas aos seus dependentes serão calculadas e reajustadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

Aos dependentes devem obedecer o mesmo rol daqueles beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (filhos, cônjuge,



FARDIN
ASSESSORIA ATUARIAL

pais, irmão, menor sob tutela ou curatela), devendo a lei local dispor acerca das condições de enquadramento para cada um deles.

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



Tabela 1 - Regras para Aposentadoria Quadro Geral

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (ANOS)	TEMPO CONTR. (ANOS)	PEDÁGIO ¹	TEMPO SERV. PÚBLICO	TEMPO DE CARREIRA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	CUMPRIMENTO REQUISITOS	PROVENTO	REAJUSTE
Direito Adquirido	Voluntária (art.8º, EC 20)	53 homem	35 homem	20%			5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
		48 mulher	30 mulher								
	Voluntária (§ 1º, art.8º, EC 20)	53 homem	30 homem	40%			5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
		48 mulher	25 mulher								
Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	Por idade (b,III, § 1º, art.40, CF)	60 homem	35 homem		10		5	Até 16/12/98	Até 16/12/98	Integral	Paridade
		55 mulher	30 mulher								
Transição	Voluntária (art. 3º, EC 47)	Id + TC ² = 95 anos homem; Id + TC =			25	15	5	Até 16/12/98	Vigência da EC 47/05	Integral	Paridade
		60 homem	35 homem								
Permanente	Voluntária (a, III, §1º, art. 40, CF)	60 homem	35 homem		10		5	A partir 01/01/04		Média	Índice
		55 mulher	30 mulher								
	Por idade (b, III, §1º, art. 40, CF)		65 homem			10		5	A partir 01/01/04	Média e Proporcional	Índice
			60 mulher								

1. Pedágio é período adicional de contribuição, equivalente aos percentuais especificados acima, que o servidor terá que cumprir ao que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição exigido, na data de publicação da EC/20 para completar os requisitos da aposentadoria.
2. Tempo de Contribuição - TC mínimo de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres.



Tabela 2 - Regras para Aposentadoria Quadro Magistério

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (ANOS)	TEMPO CONTR. (ANOS)	BÔNUS ¹	TEMPO SERV. PÚBLICO	TEMPO DE CARRERA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	CUMPRIMENTO REQUISITOS	PROVENTO	REAJUSTE
Direito Adquirido	Voluntária (art.8º, EC 20)	53 homem	35 homem	17% H			5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Integral	Paridade
		48 mulher	30 mulher	20% M							
	Voluntária (§ 1º, art.8º, EC 20)	53 homem	30 homem	17% H			5	Até 16/12/98	Até 31/12/03	Proporcional	Paridade
		48 mulher	25 mulher	20% M							
	Voluntária (a, III, § 1º, art. 40, CF)	55 homem	30 homem		10		5	Até 16/12/98	Até 16/12/98	Integral	Paridade
		50 mulher	25 mulher								
Transição	Voluntária (art. 6º, EC 41)	55 homem	30 homem		20	10	5	Até 31/12/03	Vigência da EC 41/03	Integral	Paridade
		50 mulher	25 mulher								
Permanente	Voluntária (a, III, §1º, art. 40, CF)	55 homem	30 homem		10		5	A partir 01/01/04		Média	Índice
		50 mulher	25 mulher								

Tabela 3 - Regras para Aposentadoria Quadro Geral - (Municípios que fizeram a reforma da previdência com regras iguais da União)

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (ANOS)	TEMPO CONTR. (ANOS)	PEDÁGIO	TEMPO SERV. PÚBLICO	TEMPO DE CARRERA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	CUMPRIMENTO REQUISITOS	PROVENTO	REAJUSTE
Transição	Voluntária (I, art. 20, EC 103)	60 homem	35 homem	100%	20		5	Até 31/12/03	Data de entrada em vigor da Lei Municipal	Integral	Paridade
		57 mulher	30 mulher								
	Voluntária (II, art. 20, EC 103)	60 homem	35 homem	100%	20		5	A partir 1/1/04		Média	Índice
		57 mulher	30 mulher								
	Voluntária ¹ (art. 4º, EC 103)	62 homem	35 homem		20	10	5	Até 31/12/03		Integral	Paridade
		57 mulher	30 mulher								
	Voluntária ¹ (art. 4º, EC 103)	62 homem	35 homem		20	10	5	A partir 1/1/04		Média	Índice
		57 mulher	30 mulher								
Permanente	Voluntária (I, §1º, art. 10, EC 103)	65 homem	25 homem		10		5	A partir LC Municipal		Média	Índice
		62 mulher	25 mulher								

1. Nesta regra, a soma da idade e tempo de contribuição aumenta 1 ponto ao ano, logo a partir de jan. 2023 a soma será de 99 para homem e 89 mulher e segue aumentando até o patamar de 105 e 100 respectivamente.



Tabela 4 - Regras para Aposentadoria Quadro Magistério - (Municípios que fizeram a reforma da previdência com regras iguais da União)

REGRA	APOSENTADORIA	IDADE (ANOS)	TEMPO CONTR. (ANOS)	BÔNUS/ PEDÁGIO ²	TEMPO SERV. PÚBLICO	TEMPO DE CARREIRA	TEMPO NO CARGO	INGRESSO	CUMPRIMENTO REQUISITOS	PROVENTO	REAJUSTE
Transição	Voluntária (I, art. 20, EC 103)	55 homem	30 homem	100% (P)	20		5	Até 31/12/03	Data de entrada em vigor da Lei Municipal	Integral	Paridade
		52 mulher	25 mulher							Média	Índice
	Voluntária (II, art. 20, EC 103)	55 homem	30 homem	100% (P)	20		5	A partir 1/1/04		Integral	Paridade
		52 mulher	25 mulher							Média	Índice
	Voluntária ² (§4º, art. 4º, EC 103)	57 homem	30 homem		20		5	Até 31/12/03		Integral	Paridade
		52 mulher	25 mulher							Média	Índice
	Voluntária ² (§4º, art. 4º, EC 103)	57 homem	30 homem		20		5	A partir 1/1/04		Integral	Paridade
		52 mulher	25 mulher							Média	Índice
Permanente	Voluntária (III, §1º, art. 10, EC	60 homem	25 homem		10		5	A partir LC Municipal	Integral	Paridade	
		57 mulher	25 mulher						Média	Índice	

2. Nesta regra, a soma da idade e tempo de contribuição aumenta 1 ponto ao ano, para os professores a soma deverá ser 94/84 até o limite de 100 pontos (homens) ou 92 pontos (mulheres).



4 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os itens abaixo serão relacionados com os regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados na avaliação atuarial para o plano de Benefício Definido (BD).

4.1 DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

Regime Financeiro de Capitalização (CAP): Este regime tem como característica a constituição de reserva técnica através das contribuições determinadas suficientes e necessárias para custear, durante a fase laborativa, a aposentadoria do segurado.

Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (RCC): Nessa modalidade, as receitas arrecadadas em um período determinado, devem ser suficientes para cobrir a despesa gerada no mesmo período e até o seu fim.

Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nesta avaliação atuarial.

Regime Financeiro de Repartição Simples (RS): No regime de Repartição Simples o funcionamento é como um regime de caixa, ou seja, na medida que a despesa ocorre, ela deve ser paga no mesmo instante, portanto, não há formação de reserva.

Não há benefícios previdenciários nesta modalidade utilizado nesta avaliação atuarial.

4.2 DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os regimes financeiros são métodos de financiamento elaborados para garantir o cumprimento das obrigações assumidas por planos de benefícios. O método utilizado no regime de capitalização para apuração do passivo atuarial e custos do plano é o método de Crédito Unitário Projetado (CUP ou PUC).



O PUC pressupõe como benefício projetado aquele calculado a data esperada de concessão do benefício ao segurado, de todas as variáveis que entram no cálculo desse benefício. Na fase contributiva, quando o método de financiamento é o PUC, o custo de aposentadoria calculada de forma individualizada se eleva a medida em que a idade média atual se eleva, ou seja, menor velocidade no início da capitalização e maior velocidade no seu final.

Para qualquer metodologia de cálculo, o envelhecimento do grupo de servidores ativos implica em aumento nos valores de reservas de benefícios a conceder. Tal fato ocorre, em razão de que a reserva financeira, calculada para pagamento dos benefícios previdenciários futuros, é financiada entre a idade de ingresso no RPPS (ou ingresso em outro regime de previdência, quando informado) e a concessão do benefício ao segurado (aposentadoria).

4.3 RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

Na Tabela 5 consta a descrição dos regimes financeiros e métodos por benefício sob responsabilidade do RPPS.

Tabela 5 - Resumo dos Regimes e Métodos de Financiamento dos benefícios

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO FINANCEIRO
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, IDADE E COMPULSÓRIA	CAP	PUC
REVERSÃO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA	CAP	PUC
REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	CAP	PUC
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	CAP	PUC
PENSÃO POR MORTE DE SEGURADO ATIVO	CAP	PUC
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO VÁLIDO	CAP	PUC
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO INVÁLIDO	CAP	PUC

Onde:

- ✓ CAP: Capitalização
- ✓ PUC (ou CUP): Crédito Unitário Projetado



5 HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISAS

As hipóteses atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios, representando um conjunto de estimativas de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira que, durante o período futuro considerado na avaliação do plano, espera-se que se realizem com bom nível de segurança.

As hipóteses e premissas atuariais estão dispostas nos artigos 33 a 46 da Portaria MTP nº 1.467/2022 abrangendo o relatório das hipóteses atuariais que devem possuir resultados dos estudos técnicos de aderência a serem estruturados conforme Instrução Normativa 09/2018.

Para o regime previdenciário de RIO BONITO DO IGUAÇU, verificou-se que as hipóteses atuariais mais adequadas às características do plano de benefícios, da sua massa de participantes, assistidos e beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação vigente, são as seguintes:

5.1 TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As Tábuas utilizadas neste estudo para a respectiva massa são as seguintes:

Tabela 6 - Tábuas biométricas aderentes ao plano previdenciário

PREMISSAS	UTILIZADA
TÁBUA DE MORTALIDADE DE VÁLIDO - FASE LABORATIVA	IBGE 2021 HOMENS / MULHERES
TÁBUA DE MORTALIDADE DE VÁLIDO - FASE PÓS LABORATIVA	IBGE 2021 HOMENS / MULHERES
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDO	IBGE 2021 HOMENS / MULHERES
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	ÁLVARO VINDAS



5.2 ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

Nesse item será abordada a alteração do perfil da massa de segurados, seja por rotatividade, seja por reposição, oriundas das exonerações, falecimentos e aposentadorias.

Sendo que:

- a) **Rotatividade:** Não se aplica.
- b) **Expectativa de reposição de segurados ativos:** 1:1

5.3 ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

A taxa real de crescimento é uma premissa fundamental para obtenção de uma avaliação atuarial consistente. Refere-se à taxa com que os salários, em média, crescerão ao longo do tempo de permanência do servidor no RPPS. A inflação acumulada, assim como os aumentos por mérito, está intimamente relacionada com a evolução salarial.

- a) **Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade:** 2,00%
- b) **Taxa real do crescimento dos proventos:** 0,00%

5.4 TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros real anual a ser utilizada será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS. Tendo em vista que a pontuação da duração do passivo está estabelecida em **20,06** (em anos) a taxa de juros com equivalência mais próxima é **4,76%** ao ano de acordo com a Portaria MTP nº 1.837/2022.

Esta taxa de juros poderá ser acrescida em 0,15 (quinze centésimos) a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superar os juros reais da meta atuarial dos últimos 5



(cinco) anos, limitados ao total de 0,60 (sessenta centésimos). Para este estudo o período considerado é entre 2017 e 2021.

Tabela 7 - Histórico de rentabilidade da carteira de investimentos

Política de Investimentos referente a:	Indexador	Meta Atuarial (%)	Rentabilidade Atingida (%)
2017	Não informado	Não informado	Não informado
2018	Não informado	Não informado	Não informado
2019	Não informado	Não informado	Não informado
2020	Não informado	Não informado	Não informado
2021	Não informado	Não informado	Não informado

FONTE: Dados extraídos dos Demonstrativos financeiros publicados pelo Município

Deste modo a taxa de juros real a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente é **4,76%** ao ano, resultante da soma da taxa de juros referencial.

5.5 ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

- a) **Idade estimada de ingresso em algum regime previdenciário:** Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, ou se as existentes indicarem vinculação a algum regime previdenciário com idade superior a 25 anos (vinte e cinco anos) essa poderá ser adotada para cálculo do tempo de contribuição. (Artigo 40 da Portaria nº 1.467/2022).
- b) **Idade estimada de entrada em aposentadoria programada:** A idade estimada de entrada em aposentadoria programada foi baseada nas regras de aposentadoria vigente, para o grupo de servidores, separado por professores e não professores e por sexo. Para aqueles que foram nomeados após a Emenda Constitucional 41/2003, utilizou-se a média histórica dos inativos, acrescida da metade do tempo faltante para atingir as condições de elegibilidade previstas na EC nº103/2019, conforme Tabela 8:

Tabela 8 - Idade estimada de entrada em aposentaria por sexo e categoria

SEXO	CATEGORIA	IDADE APOSENTADORIA PROGRAMADA
FEM.	Professor	53

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



	Não professor	58
MAS.	Professor	57
	Não professor	62

5.6 COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

A composição familiar impacta diretamente no cálculo do valor das pensões. Essa premissa pode ser definida de acordo com a realidade dos segurados, em função dos dados cadastrais recebidos por essa consultoria, caso esteja disponível e possua qualidade satisfatória. Caso contrário, pode-se utilizar uma composição familiar teórica padronizada em função da idade e sexo, definida e aplicada através de uma tábua biométrica intitulada Hx.

Na falta de informação, considerou-se a diferença de idade entre titular e cônjuge em 3 anos. Logo, na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 3$ e para o titular feminino, $y = x + 3$.

5.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES

A Compensação Previdenciária - COMPREV é um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os Municípios, ao instituir o RPPS, geram o direito de se compensar financeiramente com o RGPS. Isso porque seus servidores, anteriormente à instituição do RPPS, eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime, conhecido como Compensação a receber.

Do mesmo modo, ocorre o movimento contrário, em que o servidor sai do RPPS e vai para a iniciativa privada (RGPS), então o RPPS passa a ser devedor, gerando o Compensação a Pagar.

5.8 DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES



- a) **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos:** A metodologia encontra-se descrita na Nota Técnica Atuarial.
- b) **Benefícios a conceder com base na média das remunerações ou com base na última remuneração:** Benefício a conceder com base na última remuneração para servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, aos demais o benefício é calculado com base na média das remunerações.
- c) **Estimativa do crescimento real do teto de contribuição do RGPS:**
Não se aplica.

6 ANÁLISE DA BASE CADASTRAL

Os dados dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas do vinculados ao RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU foram fornecidos pelo ente federativo ou unidade gestora do RPPS, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade destes. Foi realizada uma análise da qualidade das informações e feitas recomendações, quando necessário, para compor uma base mais fidedigna, conforme descrito nos capítulos a seguir.

6.1 DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

A base cadastral fornecida pelo RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU, estava posicionada em 30/11/2022. Foram realizadas validações das informações que indicaram a necessidade de correção para possibilitar a realização da avaliação. Após correção e reenvio dos novos dados, a avaliação pode ser realizada.

A Tabela 9 apresenta as estatísticas elaboradas a partir das bases de dados recebidas, separadas por sexo e grupo previdenciário, em relação a massa de segurados, que totalizaram 535 vidas.

Os segurados do RPPS estavam distribuídos da seguinte forma:

Tabela 9 – Estatísticas da População Coberta

POPULAÇÃO	DESCRIÇÃO	MASCULINO	FEMININO	GERAL
-----------	-----------	-----------	----------	-------

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

📞 (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



COBERTA				
ATIVOS	QUANTIDADE	166	282	448
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	2.525,57	2.638,99	2.596,96
	IDADE MÉDIA (ANOS)	46	42	43
INATIVOS	QUANTIDADE	13	47	60
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	1.960,28	2.230,50	2.171,96
	IDADE MÉDIA (ANOS)	69	60	62
PENSIONISTAS	QUANTIDADE	11	16	27
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	1.060,38	1.559,05	1.355,89
	IDADE MÉDIA (ANOS)	36	42	40

Tabela 10 - Proporção entre Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

ATIVOS	APOSENTADOS E PENSIONISTAS	PROPORÇÃO
		ATIVOS/APOSENTADOS E PENSIONISTAS
83,74%	16,26%	5,15

Ao se analisar os dados das Tabelas 9 e 10, observa-se que os ativos representam 83,74% do grupo total, enquanto os inativos e pensionistas representam 16,26%. Quando se analisa a proporção de ativos por aposentados e pensionistas, que influenciará diretamente no equilíbrio financeiro e atuarial, constata-se que é de 5,15 para cada 1, respectivamente.

6.2 SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

Com base nos dados fornecidos no cadastro, é informada a quantidade, se existente, de servidores afastados e/ou cedidos para outros entes federativos, conforme a seguir:

- a) **Servidores afastados:** 6
- b) **Servidores cedidos:** 6

6.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Conforme foi informado pelo Ente, a última atualização cadastral dos segurados foi realizada em 30/11/2022, deste modo a base cadastral está atualizada; ampla, pois abrange toda a massa de segurados do



RPPS e consistente; sendo assim, a mesma possui grau satisfatório de confiabilidade para se alcançar os objetivos do presente estudo atuarial.

6.4 PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL

A Tabela 11 informa quais foram as premissas adotadas e os critérios de ajuste utilizados na base de dados cadastrais.

Tabela 11 - Premissas adotadas na base cadastral

GRUPO	DESCRIÇÃO	PREMISSAS UTILIZADAS
ATIVOS	Identificação do Segurado Ativo	
	Sexo	
	Estado Civil	
	Data de Nascimento	
	Data de Ingresso no ENTE	
	Identificação de cargo atual	
	Base de Cálculo	
	Tempo de Contribuição para o RGPS	(2)
	Tempo de Contribuição para outros RPPS	(3)
	Data de Nascimento do Cônjuge	(1)
	Número de Dependentes	
	Identificação do Aposentado	
	Sexo	
	Estado Civil	
	Data de Nascimento	
	Data de Nascimento do Cônjuge	(1)
APOSENTADOS	Data de Nascimento do Dependente mais novo	
	Valor do Benefício	
	Condição do aposentado	
	Tempo de contribuição para o RPPS	
	Tempo de contribuição para outros Regimes	
	Valor Mensal da Compensação Previdenciária	
	Número de Dependentes	
	Identificação do Pensionista	
	Número de Pensionista	
	Sexo do Pensionista	
PENSIONISTAS	Data de Nascimento	
	Valor do Benefício	



	Condição do Pensionista	
	Duração do Benefício	

- (1) Na falta de informação, considerou-se a diferença de idade entre titular e cônjuge em 3 anos. Logo, na diferença de idade entre titular "x" e cônjuge "y", considera-se que para titular masculino, $y = x - 3$ e para o titular feminino, $y = x + 3$.
- (2) Inexistindo, na base cadastral, informações sobre o tempo de contribuição do segurado ativo anterior ao seu ingresso no ente federativo, sua apuração será obtida pela diferença entre a idade do segurado na data de ingresso no ente ou de vinculação ao RPPS e a idade de 25 (vinte e cinco) anos, conforme artigo 40 da Portaria nº 1.467/2022.
- (3) Não foi considerado tempo de contribuição para outro RPPS.

6.5 RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL

Tendo em vista a composição da base cadastral fornecida para este estudo e sua qualidade em relação a atualização, amplitude, consistência recomenda-se que seja realizado recadastramento periódico junto aos atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas, para que se mantenham os dados cadastrais sempre atualizados. Tal recadastramento terá como principal objetivo adequar toda a base de dados às demandas das próximas Avaliações Atuariais.

Destaca-se também a necessidade do recadastramento periódico para que se mantenham os dados dos dependentes legais dos servidores ativos e aposentados sempre atualizados, para uma melhor estimativa dos encargos de pensão por morte.

O mencionado recadastramento deve contemplar, dentre os demais dados cadastrais do servidor, todo o histórico profissional do mesmo, como data de admissão do segurado aos regimes previdenciários de origem (RGPS ou outros RPPS) e ao regime instituidor (atual RPPS); tempo de serviço dedicado aos regimes de origem e ao regime instituidor; tempo de serviço público; valor da remuneração do segurado na data da avaliação, e se possível, a remuneração do mesmo quando contribuinte para outros regimes previdenciários.

Devido às regras de elegibilidade previstas na Constituição Federal e legislação municipal de RIO BONITO DO IGUAÇU quanto às idades e tempo de contribuição, o cálculo atuarial está totalmente embasado em tais informações cadastrais. Qualquer estimativa em



relação ao tempo de contribuição e à idade de aposentadoria pode acarretar em grandes distorções em relação à realidade.

Vale ressaltar também que a Portaria nº 1.467, de 02 de junho de 2022, estabelece limites quanto às estimativas do Valor da Compensação Previdenciária a Receber quando a base de dados apresentar inconsistências ou estiver incompleta.

7 RESULTADO ATUARIAL

A partir da definição e aplicação das Premissas e Diretrizes Atuariais apresentadas no item 2, da aplicação das fórmulas matemáticas constantes na Nota Técnica Atuarial deste RPPS, sobre a base cadastral, passou-se a mensurar as Reservas Matemáticas que representam, na sua totalidade, o passivo atuarial do RPPS. Este passivo, quando confrontado com os ativos do Plano – que são as reservas financeiras, bens e direitos – resultarão em superávit, déficit ou equilíbrio do Plano Previdenciário em estudo.



7.1 BALANÇO ATUARIAL

Tabela 12 - Balanço Atuarial

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA NORMAL VIGENTE EM LEI	ALÍQUOTA NORMAL DE EQUILÍBRIO
ALÍQUOTA NORMAL (PATRONAL + SERVIDOR) (A)	30,32%	30,31%
DESCONTO DAS ALÍQUOTAS DOS BENEFÍCIOS CALCULADOS POR RS, RCC E TAXA DE ADM. (B)	1,00%	1,00%
ALÍQUOTA NORMAL POR REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PARA APURAÇÃO DOS RESULTADOS ATUARIAIS (C = A - B)	29,32%	29,31%
DESCRIÇÃO	VALORES COM ALÍQUOTAS VIGENTES	VALORES COM ALÍQUOTAS DE EQUILÍBRIO
ATIVOS GARANTIDORES	68.214.868,54	77.828.507,90
SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	68.152.441,77	77.828.507,90
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS - RPPS	0,00	0,00
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RPPS	0,00	0,00
APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00	0,00
TÍTULOS E VALORES NÃO SUJEITOS AO ENQUADRAMENTO - RPPS	0,00	0,00
DEMAIS BENS, DIREITOS E ATIVOS	62.426,77	0,00
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL		
PMBC	20.683.095,41	24.888.331,15
VABF - CONCEDIDOS	20.683.095,41	26.527.195,68
(-) VACF - CONCEDIDOS (ENTE)	0,00	0,00
(-) VACF - CONCEDIDOS (SERVIDORES)	0,00	0,00
PMBaC	69.375.890,80	62.230.912,89
VABF - A CONCEDER	103.359.759,08	120.598.257,70
(-) VACF - A CONCEDER (ENTE)	18.291.641,50	27.727.536,76
(-) VACF - A CONCEDER (SERVIDORES)	15.692.226,79	23.802.137,86
AJUSTE DA PMBC E PMBaC REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	11.163.856,90	8.476.534,72
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	218.039,17
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.861.478,59	1.856.903,70
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A PAGAR - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	1.604.207,85
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA A RECEBER - BENEFÍCIOS A CONCEDER	9.302.378,32	8.441.878,04
RESULTADO ATUARIAL	-10.680.260,76	-9.290.736,14
SUPERÁVIT		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
RESERVA PARA AJUSTE DO PLANO		
DEFICIT		
DEFICIT EQUACIONADO:		
VALOR ATUAL DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DEFICIT ATUARIAL ESTABELECIDO EM LEI	10.680.260,76	9.290.736,14
VALOR ATUAL DA COBERTURA DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		
DEFICIT OU SUPERÁVIT ATUARIAL	0,00	0,00

7.2 ATIVOS GARANTIDORES E CRÉDITOS A RECEBER

Os ativos garantidores são compostos pelos bens e direitos do plano e constituem-se basicamente por:

- Aplicações em Fundos de Investimentos;
- Saldo em Conta Corrente;
- Parcelamentos de Débitos Previdenciários;

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



- Imóveis.

7.2.1 Composição dos ativos financeiros e créditos a receber

De acordo com o demonstrativo das aplicações do mês de dezembro, a composição dos ativos financeiros encontra-se distribuída da seguinte forma:

Tabela 13 - Ativos garantidores e saldo de parcelamentos

<i>Segmento</i>	<i>Saldo (R\$)</i>
Ativos Garantidores	R\$ 77.828.507,90
Saldo dos Acordos de Parcelamento	R\$ 0,00
Saldo total	R\$ 77.828.507,90

7.3 PROVISÕES MATEMÁTICAS OU PASSIVO ATUARIAL

São constituídas pelos valores devidos pelo Regime Próprio aos seus segurados. A seguir apresentaremos o valor presente de todos os compromissos futuros do plano.

7.4 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A apuração do Passivo Atuarial, que representa neste caso o montante da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos para o quadro de servidores inativos e pensionistas, foi realizada em conformidade com as formulações presentes ao trabalho.

Tabela 14 - Provisões Matemáticas - Benefícios Concedidos

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	16.642.674,71	0,00	16.642.674,71
APOSENTADORIAS PROFESSOR	3.490.329,19	0,00	3.490.329,19
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	1.049.145,92	0,00	1.049.145,92
PENSÃO POR MORTE	5.345.045,86	0,00	5.345.045,86
SUBTOTAL	26.527.195,68	0,00	26.527.195,68

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



Com a finalidade de identificar os componentes do déficit atuarial do RPPS, demonstramos na Tabela 15 os custos, separadamente, para as aposentadorias e pensões concedidas até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Tabela 15 - Aposentadorias e pensões de acordo com a EC 20/98

BENEFÍCIO CONCEDIDO	EC nº 20 de 1998	FREQUÊNCIA	VABF (R\$)
APOSENTADORIA	ATÉ	0	0,00
	A PARTIR	60	21.182.149,83
PENSÃO	ATÉ	1	706.579,14
	A PARTIR	26	4.638.466,72
TOTAL		87	26.527.195,69

7.5 PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER

Tabela 16 - Provisões Matemáticas - Benefícios a Conceder

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	41.777.703,75	17.435.313,34	24.342.390,41
APOSENTADORIAS PROFESSOR	30.838.569,15	10.425.027,77	20.413.541,38
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	7.974.885,55	4.501.081,10	3.473.804,45
REVERSÃO EM APOSENTADORIA PROGRAMADA	13.539.759,95	3.973.321,08	9.566.438,87
REVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	3.959,10	71,00	3.888,10
PENSÃO DE ATIVOS	25.779.978,71	15.194.860,33	10.585.118,38
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	640.425,32	0,00	640.425,32
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	42.976,17	0,00	42.976,17
SUBTOTAL	120.598.257,70	51.529.674,62	69.068.583,08



7.6 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (A RECEBER E A PAGAR)

A Compensação Previdenciária destina-se a compensar financeiramente o RPPS relativamente ao tempo de contribuição do segurado em outro RPPS ou para o RGPS. A metodologia de cálculo destes valores e premissas estão descritos na Nota Técnica Atuarial do respectivo município.

Para os benefícios concedidos, a compensação a receber foi estimada em R\$ 1.856.903,70. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 218.039,17.

7.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS BENEFÍCIOS A CONCEDER (A RECEBER E A PAGAR)

Para os benefícios a conceder, a compensação a receber foi estimada em R\$ 8.441.878,04. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 1.604.207,85, sendo que, sua estimativa foi feita com os dados dos exonerados do Ente Federativo, desde a instituição do RPPS.

7.8 RESULTADO ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Tabela 17 - Resultado Atuarial

RESULTADOS	TOTAL (R\$)
PMBC (1)	26.527.195,68
PMBAC (2)	69.068.583,08
PROVISÃO MATEMÁTICA TOTAL (3=1+2)	95.595.778,76
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA (4)	8.476.534,72
ATIVO DO PLANO (5)	77.828.507,90
RESULTADO ATUARIAL (6 = 3 - 4 - 5)	-9.290.736,14

7.9 VALOR ATUAL DAS REMUNERAÇÕES FUTURAS



Os valores atuais das remunerações futuras serão determinados por processo atuarial, correspondendo ao somatório dos valores projetados das remunerações dos segurados ativos durante o período laborativo. A expressão utilizada para o valor atual dos salários futuros (VASF) encontra-se na Nota Técnica Atuarial deste RPPS.

O salário real de contribuição foi utilizado neste cálculo, sendo o montante de R\$ 160.448.207,78.



8 CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO NORMAL POR BENEFÍCIO

8.1 VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS

Tabela 18 - Remuneração e Proventos

CATEGORIAS	VALORES MENSAIS	VALOR ANUAL
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS	1.163.439,38	15.124.711,94
TOTAL DAS PARCELAS DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA QUE SUPERAM O LIMITE ESTABELECIDO EM LEI	0,00	0,00
TOTAL DAS PARCELAS DAS PENSÕES POR MORTE QUE SUPERAM O LIMITE ESTABELECIDO EM LEI	0,00	0,00
TOTAL	1.163.439,38	15.124.711,94

8.2 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

O plano de custeio vigente e as contribuições esperadas estão na Tabela 19.

Tabela 39 - Plano de Custeio Vigente e Contribuições Esperadas

CATEGORIAS	VALOR ANUAL DA BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA VIGENTE (%)	CONTRIBUIÇÃO ESPERADA COM ALÍQUOTAS VIGENTES
ENTE FEDERATIVO	15.124.711,94	15,32%	2.317.105,87
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	15.124.711,94	1,00%	151.247,12
APORTE ANUAL PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
ENTE FEDERATIVO - TOTAL	15.124.711,94	16,32%	2.468.352,99
SEGURADOS ATIVOS	15.124.711,94	14,00%	2.117.459,67

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

📞 (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



APOSENTADOS	0,00	14,00%	0,00
PENSIONISTAS	0,00	14,00%	0,00
TOTAL	15.124.711,94	30,32%	4.585.812,66

8.3 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR BENEFÍCIO

Aqui demonstramos as alíquotas adequadas, calculadas atuarialmente, a serem instituídas pelo município para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, discriminadas por tipo de benefício.

Tabela 20 - Plano de Custeio Calculado por Benefício

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	CUSTO ANUAL PREVISTO (R\$)	ALÍQUOTA NORMAL CALCULADA
APOSENTADORIA PROGRAMADA	CAP	1.418.073,02	9,38%
APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR	CAP	1.330.094,22	8,79%
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	CAP	0,00	0,00%
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	CAP	279.630,52	1,85%
REVERSÃO APOSENTADORIA PROGRAMADA	CAP	522.667,73	3,46%
REVERSÃO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	CAP	132,34	0,00%
PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR ATIVO	CAP	882.281,53	5,83%
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO VÁLIDO	CAP	0,00	0,00%
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO INVÁLIDO	CAP	0,00	0,00%
CUSTEIO-ADMINISTRATIVO	RS	151.247,07	1,00%
TOTAL*		4.584.126,43	30,31%

* Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do limite estabelecido em lei.



8.4 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO

Tabela 21 - Plano de Custeio por Regime Financeiro

REGIME FINANCEIRO	CUSTO ANUAL PREVISTO (R\$)	ALÍQUOTA NORMAL CALCULADA
CAPITALIZAÇÃO	4.432.879,36	29,31%
REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	0,00	0,00%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	151.247,07	1,00%
TOTAL*	4.584.126,43	30,31%

* Alíquotas sem considerar a contribuição excedente dos aposentados e pensionistas que ganham acima do limite estabelecido em lei.

8.5 CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

Tabela 22 - Custo e Plano de Custeio Definido na Avaliação Atuarial

REGIME FINANCEIRO	VALOR ANUAL DA BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA VIGENTE (%)	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO ESPERADA COM ALÍQUOTAS VIGENTES
ENTE FEDERATIVO	15.124.711,94	15,32%	2.317.105,87
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	15.124.711,94	1,00%	151.247,12
APORTE ANUAL PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
ENTE FEDERATIVO - TOTAL	15.124.711,94	16,32%	2.468.352,99
SEGURADOS ATIVOS	15.124.711,94	14,00%	2.117.459,67
APOSENTADOS	0,00	14,00%	0,00
PENSIONISTAS	0,00	14,00%	0,00
TOTAL*	-	30,32%	4.585.812,66

* A contribuição dos aposentados e pensionistas incide sobre a parcela do benefício excedente ao teto do RGPS

9 EQUACIONAMENTO DO DEFICIT ATUARIAL

9.1 PRINCIPAIS CAUSAS DO DÉFICIT ATUARIAL

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



O resultado apresentado no item 7 evidencia o déficit do Plano Previdenciário do RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU, cuja origem se deu, provavelmente, em razão de um ou mais dos seguintes fatores:

- 8.1.1 Aplicação de um Plano de Custeio inadequado quando da instituição do RPPS e por longo tempo de vigência;
- 8.1.2 Atraso ou falta de repasse das contribuições instituídas em Lei;
- 8.1.3 Utilização dos recursos financeiros para outros fins, que não os previdenciários;
- 8.1.4 Aumentos salariais para os segurados do Plano Previdenciário acima da inflação e superando a premissa de crescimento salarial em anos anteriores;
- 8.1.5 Rendimentos das aplicações e investimentos dos recursos financeiros do RPPS abaixo do mínimo atuarial esperado (meta atuarial);
- 8.1.6 Ingresso de novos servidores sem a devida compensação financeira previdenciária;
- 8.1.7 Promoções e incorporações de vantagens às vésperas da aposentadoria, sem a proporcional capitalização do sistema;
- 8.1.8 Aumento da expectativa de vida do brasileiro, ocasionando o prolongamento de pagamento dos benefícios por um período maior;
- 8.1.9 Base cadastral incompleta, principalmente em relação a não informação do tempo de contribuição/serviço anterior à nomeação no serviço público.

9.2 CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

A partir dos resultados encontrados e apresentados no item 7, passa-se a estabelecer o plano de equacionamento do déficit ao RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU nos itens abaixo, como sendo o suficiente e necessário para a manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

9.2.1 Prazos para o equacionamento do déficit

A Portaria MTP nº 1.467, § 2º, do art. 44 do Anexo VI, determina que em relação aos prazos o novo plano de amortização do déficit atuarial observe os seguintes critérios:



I - em caso de plano de amortização cujo prazo foi calculado de acordo com a duração do passivo, sobrevida média dos beneficiários ou tempo médio remanescente para aposentadoria, deverá ser utilizado o novo prazo calculado com base nesses parâmetros; e

II - em caso de plano de amortização com prazo fixo de 35 anos, deverá ser observado o prazo remanescente.

Assim sendo, RIO BONITO DO IGUAÇU pode utilizar para o cálculo das alíquotas de plano de custeio, o prazo de 35 anos.

A legislação em vigor autoriza o financiamento do referido déficit em 35 anos, através de alíquota especial (suplementar) ou aportes mensais com valores preestabelecidos, respeitado as definições dos artigos 55 e 65 da Portaria nº 1.467/2022 e artigos 44 e 45 do Anexo VI da referida Portaria.

A administração de RIO BONITO DO IGUAÇU já possui em lei plano de amortização que não equaciona plenamente o déficit atuarial atual, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 23 - Plano de Amortização Vigente

ANO	ALÍQUOTAS	BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	(-) PAGAMENTOS	SALDO FINAL	JUROS
2023	5,78%	15.427.206,18	9.290.736,14	891.692,52	8.841.282,66	442.239,04
2024	5,78%	15.735.750,30	8.841.282,66	909.526,37	8.352.601,35	420.845,05
2025	5,78%	16.050.465,31	8.352.601,35	927.716,89	7.822.468,28	397.583,82
2026	5,78%	16.371.474,61	7.822.468,28	946.271,23	7.248.546,54	372.349,49
2027	5,78%	16.698.904,11	7.248.546,54	965.196,66	6.628.380,70	345.030,82
2028	5,78%	17.032.882,19	6.628.380,70	984.500,59	5.959.391,03	315.510,92
2029	5,78%	17.373.539,83	5.959.391,03	1.004.190,60	5.238.867,44	283.667,01
2030	5,78%	17.721.010,63	5.238.867,44	1.024.274,41	4.463.963,11	249.370,09
2031	5,78%	18.075.430,84	4.463.963,11	1.044.759,90	3.631.687,85	212.484,64
2032	5,78%	18.436.939,46	3.631.687,85	1.065.655,10	2.738.901,09	172.868,34
2033	5,78%	18.805.678,25	2.738.901,09	1.086.968,20	1.782.304,58	130.371,69
2034	5,78%	19.181.791,81	1.782.304,58	1.108.707,57	758.434,71	84.837,70
2035	5,78%	19.565.427,65	758.434,71	1.130.881,72	336.345,51	36.101,49
2036	5,78%	19.956.736,20	336.345,51	1.153.499,35	1.505.854,91	16.010,05
2037	5,78%	20.355.870,93	1.505.854,91	1.176.569,34	2.754.102,94	71.678,69
2038	5,78%	20.762.988,34	2.754.102,94	1.200.100,73	4.085.298,97	131.095,30
2039	5,78%	21.178.248,11	4.085.298,97	1.224.102,74	5.503.861,94	194.460,23
2040	5,78%	21.601.813,07	5.503.861,94	1.248.584,80	7.014.430,57	261.983,83



Conforme demonstrado acima, a alíquota suplementar vigente é suficiente para equacionar o déficit atuarial existente. Uma vez amortizado todo o déficit atuarial, o qual é previsto para o ano 2035 o Custo Especial não mais será necessário, permanecendo apenas o Custo Normal.



10 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU tem definido em Lei que sua alíquota de custeio administrativo é de **1,0%, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores**, sendo este direcionado para o bom funcionamento e organização da Unidade Gestora.

A Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu artigo 84, trouxe nova redação para a taxa de administração e a possibilidade, desde que previsto em lei municipal, do Ente Federativo utilizar como base de cálculo o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas. Sobre essas bases será aplicado percentual de acordo com Porte do ISP-RPPS, sendo os limites percentuais transcritos abaixo:

“II - previsão em lei do ente federativo dos seguintes percentuais máximos de taxa de administração, apurados com base no exercício financeiro anterior:

a) de até **2,0%** (dois por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até **1,3%** (um inteiro e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

b) de até **2,4%** (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até **1,7%** (um inteiro e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas;

c) de até **3,0%** (três por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até **2,3%** (dois inteiros e três décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas; ou

d) de até **3,6%** (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS, aplicado sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores ou de até **2,7%** (dois inteiros e sete décimos por cento), sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas”



Sendo assim, será informado no item 10.2 a estimativa de despesas administrativas para o próximo exercício.

10.1 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

A Tabela 24 informa as despesas administrativas dos últimos três exercícios, conforme valores informados pelo ente, constante nas informações complementares recebidas para essa avaliação atuarial:

Tabela 24 – Valor Utilizado com a Taxa de Administração

ANO	VALOR TOTAL (R\$)
2020 - 2022	Não informado
Média dos últimos 3 anos	-

10.2 ESTIMATIVA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Conforme disposto na Portaria nº 1.467/2022, art. 84, inciso III, alínea a os recursos financeiros da taxa de administração “deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas das destinadas aos benefícios, formando reserva financeira administrativa”. Os valores acumulados nesta conta bancária serão incorporados a reserva administrativa ou poderão, desde que aprovado pelo conselho deliberativo, ser destinados ao pagamento de benefícios.

O RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU não possui reserva administrativa em 31/12/2022.

10.3 RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO

Conforme exposto no item anterior, o município deverá realizar a manutenção da taxa de administração em 1,00%, para que os gastos com as despesas administrativas do RPPS sejam custeados integralmente.

11 ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS



As análises comparativas entre os resultados das três últimas avaliações atuariais apresentada abaixo foram extraídas dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAA.

Na Tabela 25 apresentamos o comparativo estatístico da massa de segurados.

Tabela 25 - Estatísticas da população coberta

	POPULAÇÃO COBERTA	2023	2022	2021
QUANTIDADE	ATIVOS	448	425	434
	INATIVOS	60	45	41
	PENSIONISTAS	27	26	23
IDADE MÉDIA	ATIVOS	43	44	43
	INATIVOS	62	62	62
	PENSIONISTAS	40	38	38
VALOR MÉDIO (R\$)	ATIVOS	2.596,96	2.210,44	2.100,18
	INATIVOS	2.171,96	1.950,99	1.798,57
	PENSIONISTAS	1.355,89	1.160,33	1.074,36
FOLHA MENSAL(R\$)	ATIVOS	1.163.439,38	939.437,00	911.476,90
	INATIVOS	130.317,36	87.794,55	73.741,51
	PENSIONISTAS	36.608,94	30.168,58	24.710,33

Observa-se que houve um aumento de 5,13%, 25% e 3,70% na quantidade de ativos, aposentados e pensionistas, respectivamente, de 2023/2022.

A Tabela 26 apresenta a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais.

Tabela 26 - Valores dos Compromissos das últimas Avaliações Atuariais

VALORES DOS COMPROMISSOS	2023	2022	2021
ATIVOS GARANTIDORES	77.828.507,90	68.214.868,54	66.958.452,00
PMBC	26.527.195,68	20.683.095,41	16.997.890,84
PMBAC	69.068.583,08	69.375.890,80	69.098.639,70
COMPREV A RECEBER	10.298.781,74	11.163.856,90	5.920.398,03
COMPREV A PAGAR	1.822.247,02	0,00	0,00
RESULTADO ATUARIAL	-9.290.736,14	-10.617.833,99	13.217.680,48
CUSTO NORMAL	30,32%	30,32%	30,32%
CUSTO SUPLEMENTAR	5,78%	5,78%	9,21%



12 AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

O RPPS de RIO BONITO DO IGUAÇU é considerado PEQUENO Porte e segundo dados divulgados pela Secretaria de Previdência, possui nota B no Indicador de Situação Previdenciária – ISP, o que o deixa classificado como Perfil Atuarial III.

13 PARECER ATUARIAL

A presente Avaliação Atuarial tem o objetivo de dimensionar a situação financeiro- atuarial do RPPS do município de RIO BONITO DO IGUAÇU, de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas citadas anteriormente. Os resultados encontrados originam-se de projeções futuras baseadas em parâmetros de cálculo e critérios internacionalmente aceitos, e dimensionam os custos e as provisões matemáticas do plano previdenciário, atendendo exigências da legislação vigente, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para a realização deste tipo de estudo.

A base cadastral dos segurados mostrou consistência e completude em seus dados e informações acerca dos seus beneficiários. Devido às regras de elegibilidade previstas na Constituição Federal e legislação municipal de RIO BONITO DO IGUAÇU, o cálculo atuarial está totalmente embasado nas informações cadastrais. Qualquer estimativa em relação ao tempo de contribuição e à idade de aposentadoria pode acarretar em grandes distorções em relação à realidade.

Ressaltamos que os resultados calculados são sensíveis às premissas e poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial e familiar dos segurados. Essas variáveis serão acompanhadas e confrontadas com o real executado, sendo ajustadas quando necessário.

Os resultados encontrados evidenciam um desequilíbrio originado no serviço passado, conforme elencado no item 9.1. Essa insuficiência deve ser solucionada de acordo com o plano de equacionamento previsto no item 9.2, composto de alíquota suplementar por 20 anos, totalmente implementada na Legislação Municipal. A implantação da contribuição



especial (suplementar), tem por objetivo garantir a estabilidade do RPPS de acordo com os fluxos futuros de pagamento de benefício. Estas contribuições especiais perdurarão até a quitação total do déficit atuarial.

O município de RIO BONITO DO IGUAÇU possui custo normal vigente em lei e conforme já exposto no item 8.3 se mostra suficiente com os compromissos do plano, diante disso o mesmo deverá ser mantido. Outrossim, como evidenciado no item 10.3, o município deverá realizar a manutenção da taxa de administração para que os gastos sejam custeados integralmente.

Visando tornar o resultado atuarial cada vez mais fidedigno esta Assessoria sugere que seja realizado periodicamente o recadastramento dos segurados ativos, aposentados, pensionistas e dependentes do plano, de modo a manter o cadastro atualizado e consistente.

Considerando o cenário atual e as projeções financeiras e atuariais para este plano sugere-se que o Município avalie a possibilidade de executar a reforma da previdência a partir dos parâmetros da EC nº 103/2019, de modo a reduzir o déficit atuarial e contribuir para o equilíbrio financeiro e atuarial. Caso o RPPS opte por tais mudanças estas deverão ser acompanhadas de novo estudo técnico atuarial para que seja definido novo plano de custeio.

Ante o exposto, restam evidenciados a situação atuarial do RPPS e os meios que possam equacionar o déficit, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial, como disposto no Artigo 40 da Constituição Federal de 1988. O custo previdenciário possui elevada significância nas contas públicas e deve ser acompanhado, associado às condições fiscais do ente federativo, para que se possa honrar com os compromissos do plano de benefícios.


José Guilherme Fardn
Atuário MIBA 1.019


Suélen Barroso
Atuária MIBA 3.721



ANEXOS

ANEXO I - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

ANEXO II – ESTATÍSTICAS

ANEXO III- PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONTABILIZAR

ANEXO IV - PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PARA OS PRÓXIMOS DOZE MESES

ANEXO V - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO COBERTA

ANEXO VI - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

ANEXO VII - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO E ANÁLISE EVOLUTIVA

ANEXO VIII – GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

ANEXO IX- TÁBUAS EM GERAL



ANEXO I - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Esse anexo apresentará conceitos e definições transcritos da Portaria MTP nº 1467/2022 necessários para a correta compreensão dos termos técnicos utilizados e dos resultados apresentados na avaliação atuarial.

- 1) **Alíquota de contribuição normal:** percentual de contribuição, instituído em lei do ente federativo, definido, a cada ano, para cobertura do custo normal e cujos valores são destinados à constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento de benefícios.
- 2) **Alíquota de contribuição suplementar:** percentual de contribuição extraordinária, estabelecido em lei do ente federativo, para cobertura do custo suplementar e equacionamento do déficit atuarial.
- 3) **Análise de sensibilidade:** método que busca mensurar o efeito de uma hipótese ou premissa no resultado final de um estudo ou avaliação atuarial.
- 4) **Aposentadoria:** benefício concedido aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 5) **Aposentadoria por invalidez:** benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo.
- 6) **Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios:** somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura.
- 7) **Atuário:** profissional técnico especializado, bacharel em Ciências Atuariais e legalmente habilitado para o exercício da profissão nos termos do Decreto-lei nº 806, de 04 de setembro de 1969.
- 8) **Auditoria atuarial:** exame dos aspectos atuariais do plano de benefícios do RPPS realizado por atuário ou empresa de consultoria atuarial certificada, na forma de instrução normativa específica, com o objetivo de verificar e avaliar a coerência e a consistência da base cadastral, das bases técnicas adotadas, da adequação do plano de custeio, dos montantes estimados para as provisões (reservas) matemáticas e fundos de natureza atuarial, bem como de demais aspectos que possam comprometer a liquidez e solvência do plano de benefícios.
- 9) **Avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário, em conformidade com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, que caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que contém parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.
- 10) **Bases técnicas:** premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.
- 11) **Beneficiário:** a pessoa física amparada pela cobertura previdenciária do RPPS, compreendendo o segurado e seus dependentes.



- 12) **Conselho deliberativo:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS para o atendimento ao critério de organização e funcionamento desse regime pelo qual deve ser garantida a participação de representantes dos beneficiários do regime, nos colegiados ou instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- 13) **Conselho fiscal:** órgão colegiado instituído na estrutura do ente federativo ou da unidade gestora do RPPS que supervisiona a execução das políticas formuladas pelo conselho deliberativo e as medidas e ações desenvolvidas pelo órgão de direção do RPPS.
- 14) **Custeio administrativo:** é a contribuição considerada na avaliação atuarial, expressa em alíquota e estabelecida em lei para o financiamento do custo administrativo do RPPS.
- 15) **Custo administrativo:** o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais.
- 16) **Custo normal:** o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios.
- 17) **Custo suplementar:** o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias, de responsabilidade de todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.
- 18) **Data focal da avaliação atuarial:** data na qual foram posicionados, a valor presente, os encargos, as contribuições e aportes relativos ao plano de benefícios, bem como o ativo real líquido e na qual foi apurado o resultado e a situação atuarial do plano. Nas avaliações atuariais anuais, a data focal é a data do último dia do ano civil, 31 de dezembro.
- 19) **Déficit atuarial:** resultado negativo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios e os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber e do fluxo dos parcelamentos vigentes a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 20) **Déficit financeiro:** valor da insuficiência financeira, período a período, apurada por meio do confronto entre o fluxo das receitas e o fluxo das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.
- 21) **Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA):** documento elaborado em conformidade com os atos normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, exclusivo de cada RPPS, que demonstra, de forma resumida, as
- 22) características gerais do plano de benefícios, da massa segurada pelo plano e os principais resultados da avaliação atuarial.
- 23) **Dependente previdenciário:** a pessoa física que mantenha vinculação previdenciária com o segurado, na forma da lei.
- 24) **Dirigente da unidade gestora do RPPS:** representante legal da unidade gestora do RPPS que compõe o seu órgão de direção ou diretoria executiva.
- 25) **Duração do passivo:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 26) **Ente federativo:** a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- 27) **Equacionamento de déficit atuarial:** decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.
- 28) **Equilíbrio atuarial:** garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.
- 29) **Equilíbrio financeiro:** garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.
- 30) **Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média:** a média das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias embasadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.



- 31) **Evento gerador do benefício:** evento que gera o direito e torna o segurado do RPPS ou o seu dependente elegível ao benefício.
- 32) **Fluxo atuarial:** discriminação dos fluxos de recursos, direitos, receitas e encargos do plano de benefícios do RPPS, benefício a benefício, período a período, que se trazidos a valor presente pela taxa atuarial de juros adotada no plano, convergem para os resultados do Valor Atual dos Benefícios Futuros e do Valor Atual das Contribuições Futuras que deram origem aos montantes dos fundos de natureza atuarial, às provisões matemáticas (reservas) a contabilizar e ao eventual déficit ou superávit apurados da avaliação atuarial.
- 33) **Fundo em capitalização:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.
- 34) **Fundo em repartição:** fundo especial, instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.
- 35) **Fundo para oscilação de riscos:** valor destinado à cobertura de riscos decorrentes de desvios das hipóteses adotadas na avaliação atuarial ou com o objetivo de antisseleção de riscos, cuja finalidade é manter nível de estabilidade do plano de custeio do RPPS e garantir sua solvência.
- 36) **Ganhos e perdas atuariais:** demonstrativo sobre o ajuste entre a realidade e a expectativa que se tinha quando da formulação do plano de custeio, acerca do comportamento das hipóteses ou premissas atuariais.
- 37) **Meta de rentabilidade:** é a taxa real anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, definida pela política de investimentos do RPPS.
- 38) **Método de financiamento atuarial:** metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.
- 39) **Nota técnica atuarial (NTA):** documento técnico elaborado por atuário e exclusivo de cada RPPS, em conformidade com a instrução normativa emanada da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que contém todas as formulações e expressões de cálculo das alíquotas de contribuição e dos encargos do plano de benefícios, das provisões (reservas) matemáticas previdenciárias e fundos de natureza atuarial, em conformidade com as bases técnicas aderentes à população do RPPS, bem como descreve, de forma clara e precisa, as características gerais dos benefícios, as bases técnicas adotadas e metodologias utilizadas nas formulações.
- 40) **Órgãos de controle externo:** Os tribunais de contas, responsáveis pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e entidades da Administração Pública direta e indireta, nos termos dos arts. 70 a 75 da Constituição Federal e respectivas constituições estaduais, e dos RPPS, na forma do inciso IX do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.
- 41) **Parecer atuarial:** documento emitido por atuário que apresenta de forma conclusiva a situação financeira e atuarial do plano de benefícios, no que se refere à sua liquidez de curto prazo e solvência, que certifica a adequação da base cadastral e das bases técnicas utilizadas na avaliação atuarial, a regularidade ou não do repasse de contribuições ao RPPS e a observância do plano de custeio vigente, a discrepância ou não entre o plano de custeio vigente e o plano de custeio de equilíbrio estabelecido na última avaliação atuarial e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.
- 42) **Passivo atuarial:** é o valor presente, atuarialmente calculado, dos benefícios referentes aos servidores, dado determinado método de financiamento do plano debenefícios.
- 43) **Pensionista:** o dependente em gozo de pensão previdenciária em decorrência de falecimento do segurado ao qual se encontrava vinculado.
- 44) **Plano de benefícios:** benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais, limitados ao conjunto estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.



- 45) **Plano de custeio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminados por benefício, para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessários para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios.
- 46) **Plano de custeio de equilíbrio:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes, discriminadas por benefício, para financiamento do Plano de Benefícios e dos custos com a administração desse plano, necessárias para se garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, proposto na avaliação atuarial.
- 47) **Plano de custeio vigente:** conjunto de alíquotas normais e suplementares e de aportes para financiamento do plano de benefícios e dos custos com a administração desse plano, estabelecido em lei pelo ente federativo e vigente na posição da avaliação atuarial.
- 48) **Projeções atuariais com as alíquotas de equilíbrio:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por capitais de cobertura e os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados
- 49) com base nas novas alíquotas de equilíbrio, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 50) **Projeções atuariais com as alíquotas vigentes:** compreendem as projeções de todas as receitas e despesas do RPPS, considerando o fluxo atuarial dos benefícios calculados pelo regime financeiro de capitalização, os benefícios calculados por repartição de capitais de cobertura, os benefícios calculados por repartição simples e taxa de administração, calculados com base nas alíquotas vigentes, para atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 51) **Provisão matemática de benefícios a conceder:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício não concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 52) **Provisão matemática de benefícios concedidos:** corresponde ao valor presente dos encargos (compromissos) com um determinado benefício já concedido, líquidos das contribuições futuras e aportes futuros, ambos também a valor presente.
- 53) **Regime financeiro de capitalização:** regime onde há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.
- 54) **Regime financeiro de repartição de capitais de cobertura:** regime no qual o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo esse considerado até sua extinção e apenas para benefícios cujo evento gerador do benefício venha ocorrer naquele único exercício.
- 55) **Regime financeiro de repartição simples:** regime em que o valor atual do fluxo de contribuições normais futuras de um único exercício é igual ao valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros cujo pagamento venha a ocorrer nesse mesmo exercício.
- 56) **Regime Geral de Previdência Social - RGPS:** regime de filiação obrigatória para os trabalhadores não vinculados a regime próprio de previdência social.
- 57) **Regime Próprio de Previdência Social - RPPS:** o regime de previdência estabelecido no âmbito do ente federativo e que assegure por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivos, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.
- 58) **Relatório da avaliação atuarial:** documento elaborado por atuário legalmente habilitado que apresenta os resultados do estudo técnico desenvolvido, baseado na Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de previdência.
- 59) **Relatório de análise das hipóteses:** instrumento de responsabilidade da unidade gestora do RPPS, elaborado por atuário legalmente responsável, pelo qual demonstra-se a adequação e aderência das bases técnicas adotadas na avaliação atuarial do regime próprio às características da massa de beneficiários do regime, às normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e às normas editadas pelo ente federativo.
- 60) **Reserva administrativa:** constituída com os recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS, relativos ao exercício corrente ou de sobras de custeio de exercícios anteriores e respectivos rendimentos, provenientes de alíquota de contribuição integrante do plano de custeio normal, aportes preestabelecidos para essa finalidade, repasses financeiros ou pagamentos diretos pelo ente federativo ou destinados a fundo administrativo instituído nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.



- 61) **Reserva de contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios.
- 62) **Resultado atuarial:** resultado apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e, deficitário, em caso contrário.
- 63) **Segregação da massa:** a separação dos segurados do plano de benefícios do RPPS em grupos distintos que integrarão o Fundo em Capitalização e o Fundo em Repartição.
- 64) **Segurado:** o servidor público civil titular de cargo efetivo, o magistrado e o membro do Ministério Público e de tribunal de contas, ativo e aposentado; o militar estadual ativo, da reserva remunerada ou reformado, com vinculação previdenciária ao RPPS, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, instituições, órgãos e entidades autônomas.
- 65) **Segurado aposentado:** o segurado em gozo de aposentadoria.
- 66) **Segurado ativo:** o segurado que esteja em fase laborativa.
- 67) **Serviço passado:** parcela do passivo atuarial do servidor ativo correspondente ao período anterior a seu ingresso no RPPS do ente, para a qual não exista compensação previdenciária integral. No caso do aposentado ou pensionista, é a parcela do passivo atuarial referente a esses beneficiários, relativa ao período anterior à assunção pelo regime próprio e para o qual não houve contribuição para o correspondente custeio.
- 68) **Sobrevida média dos aposentados e pensionistas:** representa a sobrevida média da tábua de mortalidade na data da avaliação atuarial e expresso em anos dos aposentados, pensionistas vitalícios e da duração do tempo do benefício das pensões temporárias, conforme instrução normativa da Secretaria de Previdência.
- 69) **Superavit atuarial:** resultado positivo apurado por meio do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras e do fluxo dos valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios do plano de benefícios.
- 70) **Tábuas biométricas:** instrumentos demográficos estatísticos utilizados nas bases técnicas da avaliação atuarial que estimam as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados de determinado grupo de pessoas, tais como: sobrevivência, mortalidade, invalidez, morbidade etc.
- 71) **Taxa atuarial de juros:** é a taxa anual de retorno esperada dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios do RPPS, no horizonte de longo prazo, utilizada no cálculo dos direitos e compromissos do plano de benefícios a valor presente, sem utilização do índice oficial de inflação de referência do plano de benefícios.
- 72) **Taxa de administração:** compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS.
- 73) **Taxa de juros parâmetro:** aquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, divulgada anualmente pela Secretaria de Previdência, seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios.
- 74) **Valor atual das contribuições futuras:** valor presente atuarial do fluxo das futuras contribuições de um plano de benefícios, considerando as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 75) **Valor atual dos benefícios futuros:** valor presente atuarial do fluxo de futuros pagamentos de benefícios de um plano de benefícios, considerados as bases técnicas indicadas na Nota Técnica Atuarial e os preceitos da Ciência Atuarial.
- 76) **Viabilidade financeira:** capacidade de o ente federativo dispor de recursos financeiros suficientes para honrar os compromissos previstos no plano de benefícios do RPPS.
- 77) **Viabilidade fiscal:** capacidade de cumprimento dos limites fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 78) **Viabilidade orçamentária:** capacidade de o ente federativo consignar receitas e fixar despesas, em seu orçamento anual, suficientes para honrar os compromissos com o RPPS.
- 79) **Unidade gestora:** a entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública do ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.



80) **Valor Justo:** valor pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre as partes interessadas em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação de comercialização.



ANEXO II – ESTATÍSTICAS DOS SERVIDORES ATIVOS

Tabela 1 – Estatísticas dos Servidores Ativos

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Servidores	282	166	448
Folha Mensal	R\$ 744.194,72	R\$ 419.244,66	R\$ 1.163.439,38
Remuneração Média Mensal	R\$ 2.638,99	R\$ 2.525,57	R\$ 2.596,96
Idade Mínima Atual	20	19	19
Idade Máxima Atual	60	64	64
Idade Média Atual	42	45	44
Idade Mínima de Admissão	18	18	18
Idade Máxima de Admissão	51	56	56
Idade Média de Admissão	28	32	30
Idade Média de Aposentadoria Projetada	52	59	55

Tabela 2 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
Até 25	11	2,46%
25 30	31	6,92%
30 35	48	10,71%
35 40	64	14,29%
40 45	99	22,10%
45 50	93	20,76%
50 55	64	14,29%
55 60	30	6,70%
60 65	8	1,79%
Mais de 65	0	0,00%
Total	448	100,00%

Tabela 3 – Distribuição dos Servidores Ativos por Idade de Admissão

Intervalo	População	Frequência
Até 25	142	31,70%
25 30	104	23,21%
30 35	100	22,32%
35 40	63	14,06%
40 45	26	5,80%
45 50	10	2,23%
50 55	2	0,45%
55 60	1	0,22%



60 65	0	0,00%
Mais de 65	0	0,00%
Total	448	100,00%

Tabela 4 – Distribuição dos Servidores Ativos por Faixa Salarial

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.212,00	1	0,22%
R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35	218	48,66%
R\$ 2.427,36 até 3.641,03	157	35,04%
R\$ 3.641,04 até 7.087,22	70	15,63%
R\$ 7.087,23 até 12.136,79	1	0,22%
R\$ 12.136,80 até 24.273,57	1	0,22%
R\$ 24.273,58 até 47.333,46	0	0,00%
Acima de R\$ 47.333,46	0	0,00%
Total	448	100,00%

Tabela 5 – Distribuição de Dependentes por Ativos

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	73	16,29%
Com 1 dependente	118	26,34%
Com 2 ou mais dependentes	257	57,37%
Total	448	100,00%

ESTATÍSTICAS DOS APOSENTADOS

Tabela 6 – Estatísticas dos Aposentados

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Aposentados	47	13	60
Folha Mensal	R\$ 104.833,69	R\$ 25.483,67	R\$ 130.317,36
Benefício Médio Mensal	R\$ 2.230,50	R\$ 1.960,28	R\$ 2.171,96
Idade Mínima Atual	50	61	50
Idade Máxima Atual	79	83	83
Idade Média Atual	59	69	62

Tabela 7 – Aposentados por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
30 40	0	0,00%
40 50	5	8,33%
50 60	22	36,67%

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

☎ (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



60 70	25	41,67%
Acima de 70	8	13,33%
Total	60	100,00%

Tabela 8 – Aposentados por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.212,00	10	16,67%
R\$ 1.212,01 até R\$ 3.641,03	50	83,33%
R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	0	0,00%
Acima de R\$ 7.087,22	0	0,00%
Total	60	100,00%

Tabela 9 – Aposentados por Dependentes

Intervalo	População	Frequência
Sem dependentes	14	23,33%
Com 1 dependente	46	76,67%
Com 2 ou mais dependentes	0	0,00%
Total	60	100,00%

ESTATÍSTICAS DOS PENSIONISTAS

Tabela 10 – Estatísticas dos Pensionistas

Discriminação	Feminina	Masculina	Total
Quantidade de Pensionistas	16	11	27
Folha Mensal	R\$ 24.944,73	R\$ 11.664,21	R\$ 36.608,94
Benefício Médio Mensal	R\$ 1.559,05	R\$ 1.060,38	R\$ 1.355,89
Idade Mínima Atual	4	8	4
Idade Máxima Atual	73	77	77
Idade Média Atual	42	36	39

Tabela 11 – Pensionistas por Faixa Etária

Intervalo	População	Frequência
Até 30	10	37,04%
30 40	3	11,11%
40 50	3	11,11%
50 60	6	22,22%



60 70	3	11,11%
Acima de 70	2	7,41%
Total	27	100,00%

Tabela 12 – Pensionistas por Faixa de Benefício

Intervalo	População	Frequência
Até R\$ 1.212,00	19	70,37%
R\$ 1.212,01 até R\$ 3.641,03	7	25,93%
R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22	1	3,70%
Acima de R\$ 7.087,22	0	0,00%
Total	27	100,00%



ANEXO III - RESERVAS MATEMÁTICAS			
Rio Bonito do Iguaçu			
Plano de Benefícios Definidos			
Reservas Matemáticas em: Dezembro/ 2022			Base de dados: Dezembro/ 2022
Operação	Plano de Contas		R\$
C	2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	77.828.507,90
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	77.828.507,90
C	2.2.7.2.1.01.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO	-
D	2.2.7.2.1.01.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.06	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	-
D	2.2.7.2.1.01.07	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-
C	2.2.7.2.1.02.00	PLANO FINANCEIRO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO	-
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO FINANCEIRO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.05	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	-
D	2.2.7.2.1.02.06	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-
C	2.2.7.2.1.03.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	24.888.331,15
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO	26.527.195,68
D	2.2.7.2.1.03.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(1.638.864,53)
D	2.2.7.2.1.03.06	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	-
C	2.2.7.2.1.04.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	62.230.912,89
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO	120.598.257,70
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(27.727.536,76)
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(23.802.137,86)
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(6.837.670,19)
D	2.2.7.2.1.04.05	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	-
D	2.2.7.2.1.05.00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(9.290.736,14)
D	2.2.7.2.1.05.98	OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(9.290.736,14)
C	2.2.7.2.1.06.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	-
C	2.2.7.2.1.06.01	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
C	2.2.7.2.1.07.00	PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	-
C	2.2.7.2.1.07.01	AJUSTE DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	-
C	2.2.7.2.1.07.02	PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	-
C	2.2.7.2.1.07.03	PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	-
C	2.2.7.2.1.07.04	PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	-
C	2.2.7.2.1.07.98	OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	-

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

(51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

(51) 99945-4549

fardin@fardinatuarial.com.br



ANEXO IV - EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

k	MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS
0	dez/22	24.888.331,15	26.527.195,68	-	-	-	(1.638.864,53)	-
1	jan/23	24.935.062,19	26.588.911,77	-	-	-	(1.653.849,58)	-
2	fev/23	24.981.793,23	26.650.627,86	-	-	-	(1.668.834,63)	-
3	mar/23	25.028.524,27	26.712.343,96	-	-	-	(1.683.819,68)	-
4	abr/23	25.075.255,31	26.774.060,05	-	-	-	(1.698.804,73)	-
5	mai/23	25.121.986,36	26.835.776,14	-	-	-	(1.713.789,78)	-
6	jun/23	25.168.717,40	26.897.492,23	-	-	-	(1.728.774,83)	-
7	jul/23	25.215.448,44	26.959.208,32	-	-	-	(1.743.759,88)	-
8	ago/23	25.262.179,48	27.020.924,42	-	-	-	(1.758.744,94)	-
9	set/23	25.308.910,52	27.082.640,51	-	-	-	(1.773.729,99)	-
10	out/23	25.355.641,56	27.144.356,60	-	-	-	(1.788.715,04)	-
11	nov/23	25.402.372,60	27.206.072,69	-	-	-	(1.803.700,09)	-
12	dez/23	25.449.103,64	27.267.788,78	-	-	-	(1.818.685,14)	-

k	MÊS	PLANO PREVIDENCIÁRIO PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	(-) PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	(-) OUTROS CRÉDITOS DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO
0	dez/22	62.230.912,89	120.598.257,70	(27.727.536,76)	(23.802.137,86)	(6.837.670,19)	-	(9.290.736,14)	(9.290.736,14)
1	jan/23	62.787.320,85	122.070.361,32	(28.186.620,63)	(24.196.229,03)	(6.900.190,81)	-	(9.293.120,18)	(9.293.120,18)
2	fev/23	63.343.728,81	123.542.464,93	(28.645.704,49)	(24.590.320,20)	(6.962.711,44)	-	(9.295.504,21)	(9.295.504,21)
3	mar/23	63.900.136,76	125.014.568,55	(29.104.788,36)	(24.984.411,37)	(7.025.232,06)	-	(9.297.888,25)	(9.297.888,25)
4	abr/23	64.456.544,72	126.486.672,17	(29.563.872,23)	(25.378.502,54)	(7.087.752,69)	-	(9.300.272,28)	(9.300.272,28)
5	mai/23	65.012.952,67	127.958.775,78	(30.022.956,09)	(25.772.593,70)	(7.150.273,31)	-	(9.302.656,32)	(9.302.656,32)
6	jun/23	65.569.360,63	129.430.879,40	(30.482.039,96)	(26.166.684,87)	(7.212.793,94)	-	(9.305.040,35)	(9.305.040,35)
7	jul/23	66.125.768,59	130.902.983,02	(30.941.123,83)	(26.560.776,04)	(7.275.314,56)	-	(9.307.424,39)	(9.307.424,39)
8	ago/23	66.682.176,54	132.375.086,63	(31.400.207,69)	(26.954.867,21)	(7.337.835,19)	-	(9.309.808,42)	(9.309.808,42)
9	set/23	67.238.584,50	133.847.190,25	(31.859.291,56)	(27.348.958,38)	(7.400.355,81)	-	(9.312.192,46)	(9.312.192,46)
10	out/23	67.794.992,45	135.319.293,87	(32.318.375,43)	(27.743.049,55)	(7.462.876,44)	-	(9.314.576,49)	(9.314.576,49)
11	nov/23	68.351.400,41	136.791.397,48	(32.777.459,29)	(28.137.140,72)	(7.525.397,06)	-	(9.316.960,53)	(9.316.960,53)
12	dez/23	68.907.808,37	138.263.501,10	(33.236.543,16)	(28.531.231,89)	(7.587.917,69)	-	(9.319.344,56)	(9.319.344,56)

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

📞 (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



ANEXO V - RESUMO DOS FLUXOS ATUARIAIS E DA POPULAÇÃO

ANO	QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	(A) TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(B) TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	(D) SALDO ACUMULADO DO EXERCÍCIO A VALOR ATUAL
2022	-	-	-	-	77.828.507,90
2023	448	13	5.517.042,39	2.494.870,38	80.713.352,41
2024	435	12	5.608.472,43	2.619.730,64	87.422.483,90
2025	423	6	5.734.143,16	2.854.000,66	94.366.977,90
2026	417	9	5.779.809,69	3.221.362,41	101.375.922,54
2027	408	16	5.744.317,13	3.663.959,73	108.305.098,24
2028	392	16	5.688.685,81	4.148.893,29	115.077.454,84
2029	376	17	5.587.102,37	4.753.364,12	121.549.972,31
2030	359	16	5.524.318,44	5.413.829,53	127.654.588,70
2031	343	20	5.348.249,26	6.002.754,01	133.336.220,55
2032	323	16	5.297.073,30	6.826.829,93	138.487.663,74
2033	307	27	5.112.851,22	7.516.243,76	143.042.677,56
2034	280	24	4.945.706,52	8.179.852,87	146.992.295,45
2035	256	13	4.936.200,90	9.059.110,30	150.287.700,96
2036	243	21	4.678.183,67	9.867.120,08	152.775.831,34
2037	222	20	4.544.320,51	10.533.034,01	154.465.675,88
2038	202	13	4.555.925,41	11.245.716,30	155.488.688,46
2039	189	13	4.467.495,31	12.032.094,83	155.780.655,59
2040	176	15	4.401.068,56	12.861.526,05	155.202.473,82
2041	161	14	3.087.846,98	13.454.404,93	153.279.881,80
2042	147	14	2.956.646,75	14.202.641,63	149.767.657,11
2043	133	19	2.803.146,53	14.844.886,42	145.228.446,86
2044	114	11	2.662.360,44	15.427.051,96	139.688.393,66
2045	103	8	2.631.180,31	15.844.889,60	133.238.194,03
2046	95	12	2.519.459,71	16.499.133,49	125.908.581,81
2047	83	13	2.080.126,66	13.627.783,82	118.443.215,56
2048	70	6	2.030.285,16	13.891.054,58	112.226.299,64
2049	64	14	1.765.904,80	13.887.838,72	105.397.867,18
2050	50	6	1.690.173,76	14.070.435,47	97.966.992,50
2051	44	6	1.474.835,77	12.333.131,26	90.369.090,01
2052	38	6	1.374.310,25	11.956.702,09	83.626.196,52
2053	32	4	1.305.208,98	11.610.838,93	76.830.150,67
2054	28	3	1.258.174,15	11.094.176,11	70.023.964,15
2055	25	5	1.069.198,52	10.138.036,43	63.424.911,59
2056	20	6	924.192,27	9.617.971,10	57.202.426,78
2057	14	2	821.364,95	8.792.813,04	51.125.967,81
2058	12	5	647.312,33	7.999.767,26	45.470.361,20
2059	7	2	582.928,78	7.418.643,54	40.153.059,67
2060	5	0	537.147,58	6.699.576,42	35.132.082,32
2061	5	1	468.853,24	5.846.018,10	30.574.603,05
2062	4	3	367.622,20	5.164.939,02	26.568.686,81
2063	1	0	352.606,37	4.941.516,06	22.908.121,13
2064	1	0	321.371,25	4.475.354,77	19.316.334,33
2065	1	0	298.200,01	4.128.692,52	15.982.720,54
2066	1	1	257.417,20	3.732.810,13	12.824.815,91
2067	0	0	226.174,10	3.281.975,88	9.888.006,89
2068	0	0	192.866,29	2.784.291,74	7.247.197,10
2069	0	0	160.147,67	2.318.008,34	4.954.519,01
2070	0	0	131.047,72	1.897.487,34	2.994.356,46
2071	0	0	115.011,05	1.659.397,03	1.326.753,76

(continua)



ANO	QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	(A) TOTAL DAS RECEITAS COM CONTRIBUIÇÕES E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(B) TOTAL DAS DESPESAS COM BENEFÍCIOS DO PLANO	(D) SALDO ACUMULADO DO EXERCÍCIO A VALOR ATUAL
2072	0	0	88.080,62	1.275.455,36	-116.101,50
2073	0	0	80.469,20	1.167.536,72	-101.466,88
2074	0	0	66.936,11	970.504,35	-80.507,93
2075	0	0	57.137,11	821.984,43	-65.050,26
2076	0	0	40.712,37	584.920,46	-44.184,25
2077	0	0	25.171,84	363.070,75	-26.187,17
2078	0	0	21.144,58	305.702,70	-21.051,61
2079	0	0	17.206,87	245.812,48	-16.144,13
2080	0	0	10.430,12	149.001,75	-9.341,11
2081	0	0	7.688,24	109.832,06	-6.572,95
2082	0	0	2.533,45	36.192,20	-2.067,66
2083	0	0	1.849,29	26.418,46	-1.440,74
2084	0	0	813,12	11.616,00	-604,75
2085	0	0	167,32	2.390,26	-118,79
2086	0	0	121,34	1.733,41	-82,23
2087	0	0	60,91	870,16	-39,40
2088	0	0	33,86	483,77	-20,91
2089	0	0	23,09	329,89	-13,61
2090	0	0	8,14	116,34	-4,58
2091	0	0	3,88	55,43	-2,08
2092	0	0	1,41	20,08	-0,72
2093	0	0	0,30	4,34	-0,15
2094	0	0	0,02	0,33	-0,01
2095	0	0	0,00	0,00	0,00
2096	0	0	0,00	0,00	0,00
2097	0	0	0,00	0,00	0,00
2098	0	0	0,00	0,00	0,00
2099	0	0	0,00	0,00	0,00
2100	0	0	0,00	0,00	0,00
2101	0	0	0,00	0,00	0,00
2102	0	0	0,00	0,00	0,00
2103	0	0	0,00	0,00	0,00
2104	0	0	0,00	0,00	0,00
2105	0	0	0,00	0,00	0,00
2106	0	0	0,00	0,00	0,00
2107	0	0	0,00	0,00	0,00
2108	0	0	0,00	0,00	0,00
2109	0	0	0,00	0,00	0,00
2110	0	0	0,00	0,00	0,00
2111	0	0	0,00	0,00	0,00
2112	0	0	0,00	0,00	0,00
2113	0	0	0,00	0,00	0,00



FARDIN
ASSESSORIA ATUARIAL

ANEXO VI - PROJEÇÕES ATUARIAIS PARA O RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

☎ (51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

📞 (51) 99945-4549

✉ fardin@fardinatuarial.com.br



Rio Bonito do Iguçu

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 - 2097

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, §º, inciso II)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a- b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“ d” Exercício Anterior)+(c)
2022	11.783.681,26	2.170.041,90	9.613.639,36	77.828.507,90
2023	9.444.190,06	2.433.309,30	7.010.880,76	84.839.388,66
2024	9.887.320,84	2.806.001,39	7.081.319,45	91.920.708,11
2025	10.320.816,12	3.023.448,67	7.297.367,45	99.218.075,55
2026	10.965.710,70	3.328.279,65	7.637.431,05	106.855.506,60
2027	11.499.356,63	3.847.301,30	7.652.055,33	114.507.561,93
2028	12.037.947,12	4.385.166,98	7.652.780,14	122.160.342,07
2029	12.582.233,31	4.955.531,46	7.626.701,85	129.787.043,92
2030	13.127.364,39	5.522.162,58	7.605.201,80	137.392.245,72
2031	13.687.907,56	6.228.061,27	7.459.846,29	144.852.092,01
2032	14.233.641,95	6.829.472,22	7.404.169,73	152.256.261,74
2033	14.817.097,30	7.808.493,92	7.008.603,38	159.264.865,12
2034	15.377.903,64	8.722.692,13	6.655.211,51	165.920.076,63
2035	15.887.521,72	9.266.066,92	6.621.454,80	172.541.531,43
2036	16.428.039,84	10.106.811,77	6.321.228,08	178.862.759,51
2037	16.956.129,57	10.937.928,13	6.018.201,44	184.880.960,95
2038	17.449.501,63	11.537.290,93	5.912.210,69	190.793.171,64
2039	17.941.835,03	12.147.324,90	5.794.510,13	196.587.681,77
2040	18.440.913,17	12.850.850,03	5.590.063,15	202.177.744,92
2041	17.658.031,24	13.537.074,61	4.120.956,63	206.298.701,54
2042	18.055.275,71	14.211.811,35	3.843.464,36	210.142.165,90
2043	18.466.077,85	15.127.488,40	3.338.589,45	213.480.755,35
2044	18.825.355,06	15.740.979,59	3.084.375,47	216.565.130,83
2045	19.163.489,70	16.236.248,62	2.927.241,08	219.492.371,91
2046	19.515.342,10	16.915.133,00	2.600.209,11	222.092.581,02
2047	19.861.237,73	17.661.191,31	2.200.046,41	224.292.627,43
2048	20.161.657,79	18.113.467,51	2.048.190,29	226.340.817,72
2049	20.495.276,40	18.939.918,63	1.555.357,77	227.896.175,48
2050	20.774.124,31	19.422.555,14	1.351.569,17	229.247.744,66
2051	21.046.985,31	19.911.015,97	1.135.969,34	230.383.713,99
2052	21.314.292,68	20.414.630,07	899.662,61	231.283.376,60
2053	21.565.229,99	20.834.450,83	730.779,16	232.014.155,77
2054	21.796.851,91	21.108.279,94	688.571,97	232.702.727,74
2055	22.047.508,73	21.558.657,78	488.850,95	233.191.578,68
2056	22.298.292,23	22.070.801,17	227.491,06	233.419.069,75



(continua)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" Exercício Anterior) + (c)
2057	22.520.229,28	22.383.627,32	136.601,96	233.555.671,71
2058	22.758.389,15	22.865.979,73	- 107.590,58	233.448.081,13
2059	22.973.262,63	23.195.019,41	- 221.756,78	233.226.324,34
2060	23.171.890,33	23.378.526,23	- 206.635,90	233.019.688,44
2061	23.383.292,82	23.644.416,84	- 261.124,03	232.758.564,42
2062	23.608.214,19	24.032.502,79	- 424.288,60	232.334.275,82
2063	23.812.542,72	24.252.618,21	- 440.075,49	231.894.200,33
2064	24.020.285,60	24.473.889,11	- 453.603,51	231.440.596,83
2065	24.232.086,94	24.700.871,20	- 468.784,26	230.971.812,56
2066	24.454.568,05	24.999.738,12	- 545.170,07	230.426.642,49
2067	24.667.609,85	25.197.589,88	- 529.980,03	229.896.662,46
2068	24.888.918,78	25.427.041,14	- 538.122,36	229.358.540,10
2069	25.114.901,10	25.662.383,87	- 547.482,77	228.811.057,34
2070	25.344.694,57	25.894.681,10	- 549.986,54	228.261.070,80
2071	25.580.258,05	26.139.345,53	- 559.087,48	227.701.983,32
2072	23.181.732,87	26.391.049,35	- 3.209.316,48	224.492.666,84
2073	23.275.831,77	26.650.471,51	- 3.374.639,74	221.118.027,10
2074	23.366.998,54	26.918.454,31	- 3.551.455,78	217.566.571,32
2075	23.454.784,85	27.106.888,06	- 3.652.103,21	213.914.468,11
2076	23.542.917,06	27.356.386,10	- 3.813.469,04	210.100.999,07
2077	23.628.607,70	27.612.402,03	- 3.983.794,33	206.117.204,74
2078	23.711.535,09	27.865.355,98	- 4.153.820,89	201.963.383,85
2079	23.791.820,34	28.131.662,77	- 4.339.842,43	197.623.541,42
2080	23.868.811,11	28.756.599,06	- 4.887.787,95	192.735.753,47
2081	23.925.391,01	29.049.631,37	- 5.124.240,36	187.611.513,11
2082	23.976.500,55	29.343.664,71	- 5.367.164,16	182.244.348,95
2083	24.021.947,39	29.647.774,93	- 5.625.827,54	176.618.521,42
2084	24.061.100,33	29.963.127,22	- 5.902.026,89	170.716.494,52
2085	24.093.245,02	30.291.000,96	- 6.197.755,95	164.518.738,58
2086	24.117.574,63	30.536.551,56	- 6.418.976,93	158.099.761,65
2087	24.137.760,99	30.835.027,26	- 6.697.266,27	151.402.495,38
2088	24.151.215,36	31.153.859,35	- 7.002.643,99	144.399.851,39
2089	24.156.778,64	31.484.140,26	- 7.327.361,62	137.072.489,77
2090	24.153.663,14	31.827.061,26	- 7.673.398,12	129.399.091,64
2091	24.140.989,64	32.160.768,42	- 8.019.778,78	121.379.312,86
2092	24.118.880,03	32.522.996,07	- 8.404.116,05	112.975.196,81
2093	24.085.668,60	32.901.179,88	- 8.815.511,29	104.159.685,53
2094	24.040.211,24	33.267.659,88	- 9.227.448,64	94.932.236,89
2095	23.982.628,89	33.669.972,00	- 9.687.343,11	85.244.893,78
2096	23.910.788,45	33.958.268,67	- 10.047.480,22	75.197.413,56
2097	23.829.591,02	34.225.063,75	- 10.395.472,73	64.801.940,83

Notas:

¹ Projeção atuarial elaborada em 31/12/2022 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

² Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Financeiras - Taxa de Juros de 4,76%, Crescimento Salarial de 2% e Compensação Financeira correspondente a um percentual de até 7% da Reserva Matemática.

Biométricas – Tábua de Mortalidade IBGE-2021 (Sobrevivência de Válidos e Inválidos) e Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas.

Demográficas - A **População** está baseada em informações individuais de Servidores Estatutários Ativos, Aposentados, Pensionistas e Dependentes. O **Compromisso Médio Familiar do Segurado** foi calculado individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A **Rotatividade** foi desconsiderada e os **Novos Entrados** não foi adotado para efeito de determinação do Custeio ou das Reservas.

Fonte: Avaliação Atuarial 2023



ANEXO VII - RESULTADO DA DURAÇÃO DO PASSIVO

O artigo 29 da Portaria nº 1.467/2022 trata da obrigatoriedade da divulgação da Duração do Passivo, que corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do RPPS, líquidos das contribuições dos aposentados e pensionistas, ponderada pelos valores presentes desses fluxos, definido no artigo 2º do Anexo VI da referida Portaria que dispõe sobre os critérios e metodologias a serem utilizadas nas avaliações atuariais dos RPPS.

Tabela 14 – Cálculo da duração do passivo

CÁLCULO DO FLUXO	VALORES
Benefícios líquidos a valor presente (a)	2.842.357.540,58
Benefícios líquidos ponderados pelo instante (b)	150.583.693,82
Duração do passivo (b/a)	18,88 anos



ANEXO VIII – TÁBUAS EM GERAL

TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE 2021 E HUNTER/ÁLVARO VINDAS				
x	Masculino	Feminino	Hunter AV	Composição Familiar
	q_x / q_x^{ii}	q_x / q_x^{ii}	l_x	H_x
0	0,0120446	0,0103212	0,0000000	0,0000000
1	0,0008309	0,0006862	0,0000000	0,0000000
2	0,0005498	0,0004361	0,0000000	0,0000000
3	0,0004253	0,0003289	0,0000000	0,0000000
4	0,0003529	0,0002679	0,0000000	0,0000000
5	0,0003056	0,0002286	0,0000000	0,0000000
6	0,0002731	0,0002017	0,0000000	0,0000000
7	0,0002509	0,0001831	0,0000000	0,0000000
8	0,0002375	0,0001712	0,0000000	0,0000000
9	0,0002328	0,0001654	0,0000000	0,0000000
10	0,0002385	0,0001661	0,0000000	0,0000000
11	0,0002582	0,0001750	0,0000000	0,0000000
12	0,0002982	0,0002046	0,0000000	0,0000000
13	0,0003687	0,0002391	0,0000000	0,0000000
14	0,0004862	0,0002650	0,0000000	0,0000000
15	0,0009658	0,0003192	0,0005750	0,0000000
16	0,0012353	0,0003655	0,0005730	0,0000000
17	0,0014794	0,0004025	0,0005720	0,0000000
18	0,0016778	0,0004251	0,0005700	0,0000000
19	0,0018364	0,0004373	0,0005690	0,0000000
20	0,0019948	0,0004484	0,0005690	0,0000000
21	0,0021482	0,0004633	0,0005690	0,0000000
22	0,0022485	0,0004786	0,0005690	11,7024026
23	0,0022816	0,0004953	0,0005700	0,0000000
24	0,0022649	0,0005140	0,0005720	0,0000000
25	0,0022255	0,0005334	0,0005750	0,0000000
26	0,0021917	0,0005552	0,0005790	10,7574400
27	0,0021728	0,0005829	0,0005830	17,2513787
28	0,0021825	0,0006180	0,0005890	18,3660344
29	0,0022156	0,0006596	0,0005960	19,8095286
30	0,0022539	0,0007072	0,0006050	18,6265948
31	0,0022903	0,0007580	0,0006150	0,0000000
32	0,0023365	0,0008096	0,0006280	19,5431947
33	0,0023934	0,0008605	0,0006430	14,9551994
34	0,0024622	0,0009131	0,0006600	22,6250502
35	0,0025445	0,0009723	0,0006810	17,5686087
36	0,0026409	0,0010410	0,0007040	21,0872050
37	0,0027513	0,0011189	0,0007320	19,3772154
38	0,0028763	0,0012074	0,0007640	17,8645957
39	0,0030180	0,0013072	0,0008010	16,2729975
40	0,0031776	0,0014161	0,0008440	16,6008334
41	0,0033587	0,0015373	0,0008930	19,0008103
42	0,0035655	0,0016775	0,0009490	15,8381235
43	0,0038010	0,0018399	0,0010140	17,9860496
44	0,0040651	0,0020220	0,0010880	15,3712980
45	0,0043549	0,0022214	0,0011740	15,6647973
46	0,0046707	0,0024323	0,0012710	16,1063857
47	0,0050162	0,0026506	0,0013830	13,2583428
48	0,0053930	0,0028734	0,0015110	16,4930620
49	0,0058020	0,0031045	0,0016570	13,9638360
50	0,0062433	0,0033547	0,0018230	14,8334260
51	0,0067177	0,0036268	0,0020140	15,2832460
52	0,0072272	0,0039150	0,0022310	14,7999324
53	0,0077735	0,0042196	0,0024790	15,0367726
54	0,0083584	0,0045453	0,0027620	15,5953677
55	0,0089912	0,0049033	0,0030850	14,3568488
56	0,0096691	0,0052963	0,0034520	15,2525399
57	0,0103817	0,0057199	0,0038720	15,0367726

(continua)



TÁBUA DE MORTALIDADE IBGE-2021 EHUNTER/ÁLVARO VINDAS

x	Masculino	Feminino	Hunter AV	Composição Familiar
	q_x / q_x^u	q_x / q_x^u	l_x	H_x
58	0,0111271	0,0061759	0,0043500	12,7369036
59	0,0119169	0,0066726	0,0048950	15,0367726
60	0,0127700	0,0072190	0,0055160	12,8476544
61	0,0137034	0,0078277	0,0062230	13,6275279
62	0,0147244	0,0085102	0,0070290	12,3004840
63	0,0158464	0,0092774	0,0079470	13,8761417
64	0,0170795	0,0101340	0,0089930	13,6906111
65	0,0183993	0,0110713	0,0101930	10,8540424
66	0,0198423	0,0121016	0,0115420	10,2553866
67	0,0214897	0,0132551	0,0130870	12,0195358
68	0,0233883	0,0145495	0,0148470	0,0000000
69	0,0255264	0,0159877	0,0168520	10,8540424
70	0,0278389	0,0175451	0,0191350	9,9548207
71	0,0303128	0,0192377	0,0217340	11,4444906
72	0,0330154	0,0211207	0,0246950	10,5552472
73	0,0359719	0,0232246	0,0280660	0,0000000
74	0,0391910	0,0255509	0,0319040	0,0000000
75	0,0426569	0,0280511	0,0362750	7,8783610
76	0,0463874	0,0307474	0,0412520	0,0000000
77	0,0504429	0,0337357	0,0469190	0,0000000
78	0,0548665	0,0370701	0,0537110	0,0000000
79	0,0596834	0,0407547	0,0607180	0,0000000
80	0,0639613	0,0447940	0,0690840	6,5017338
81	0,0684888	0,0489864	0,0786080	0,0000000
82	0,0733006	0,0533552	0,0894530	0,0000000
83	0,0784376	0,0579269	0,1018000	7,3155119
84	0,0839477	0,0627316	0,1158590	0,0000000
85	0,0898881	0,0678041	0,1318650	0,0000000
86	0,0963270	0,0731850	0,1500900	0,0000000
87	0,1033469	0,0789214	0,1708400	0,0000000
88	0,1110483	0,0850696	0,1944650	0,0000000
89	0,1195552	0,0916962	0,2213630	0,0000000
90	0,1290219	0,0988816	0,2519880	0,0000000
91	0,1396430	0,1067236	0,2876360	0,0000000
92	0,1516669	0,1153421	0,3274200	0,0000000
93	0,1654160	0,1248862	0,3727190	0,0000000
94	0,1813144	0,1355433	0,4242960	0,0000000
95	0,1999307	0,1475521	0,4830220	0,0000000
96	0,2220416	0,1612211	0,5498890	0,0000000
97	0,2487297	0,1769553	0,6260240	0,0000000
98	0,2815369	0,1952957	0,7127120	0,0000000
99	0,3227038	0,2169789	0,8114160	0,0000000
100	0,3755330	0,2430280	0,9138010	0,0000000
101	0,4448722	0,2748950	1,0000000	0,0000000
102	0,5374017	0,3146830	1,0000000	0,0000000
103	0,6599332	0,3654872	1,0000000	0,0000000
104	0,8088326	0,4318645	1,0000000	0,0000000
105	0,9419018	0,5202090	1,0000000	0,0000000
106	0,9955244	0,6376468	1,0000000	0,0000000
107	0,9999784	0,7837339	1,0000000	0,0000000
108	1,0000000	0,9244932	1,0000000	0,0000000
109	1,0000000	0,9921510	1,0000000	0,0000000
110	1,0000000	0,9999318	1,0000000	0,0000000
111	1,0000000	1,0000000	1,0000000	0,0000000

Fardin Auditoria e Perícia Atuarial

(51) 3126-0068

www.fardinatuarial.com.br

(51) 99945-4549

fardin@fardinatuarial.com.br